

## A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: relato de experiências

*Priscilla Jéssica Santiago SANTOS*

*Marlene Barbosa de Freitas REIS*

GT6 – Diversidade e Educação

**Resumo:** A educação é uma prática social e seu objetivo é a humanização dos homens. Ao longo da história da educação no Brasil perdurou o entendimento de que a educação especial, oferecida paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura dos sistemas regulares de ensino. O Brasil começa a romper com essa concepção ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990 e ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Reafirmou esse compromisso, e, a partir de então às questões relativas à inclusão na educação ganha maior visibilidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (BRASIL, 1996) determina que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A LDB garante ainda que sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas voltando-se para a questão da inclusão social, logo, a produção de pesquisas bem como a implantação de políticas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior ainda é pouco discutida. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiências vivenciadas por meio do estágio curricular não obrigatório do Curso de Pedagogia desenvolvido no Instituto Federal de Goiás – Campus Inhumas no curso de Sistemas de Informação como apoio pedagógico ao discente com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Inclusiva. Ensino Superior.

### Introdução

A educação como prática social tem como objetivo a humanização dos homens. Ao longo da história da educação no Brasil prevaleceu o entendimento de que a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes com necessidades especiais seria a educação especial, oferecida paralela à educação comum. Essa concepção contribuiu para que perdurasse por muito tempo práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica.

Uma análise da trajetória histórica da educação especial nos permite identificar quatro fases distintas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Até o século XX, caracterizado pela exclusão, as pessoas com algum tipo de deficiência eram rejeitadas e excluídas do processo educacional. Já no século XX, caracterizado pela segregação, as pessoas deficientes passaram a receber atendimento em instituições especializadas. Na década de 1970, momento chamado de integração, fase da educação integradora, as escolas comuns passaram a aceitar pessoas deficientes. Somente a partir da década de 1980 que se iniciou a chamada inclusão, a adaptação do sistema e da sociedade às necessidades dos alunos (REIS, 2006, p.40-41).

Assim, a partir da década de 80 o desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando o campo da educação brasileira no que diz respeito aos conceitos, a legislação, as práticas e organização e gestão do ensino indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 a educação passa a ser defendida como um direito do cidadão, logo o grande desafio a ser superado é a efetividade deste direito, especialmente em favor do cidadão com necessidades especiais.

O Brasil começou a caminhar rumo à construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990 e ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso.

A Conferência de Salamanca foi significativa por várias razões ao declarar que as crianças com necessidades especiais deveriam ser incluídas na agenda da Educação para Todos. Crianças com dificuldades de aprendizagem e com deficiência foram vistas como integrantes de um grupo mais amplo que inclui as crianças de outros grupos sociais discriminados e até mesmo marginalizados, e ainda crianças com altas habilidades (MITTLER, 2003, p.43). A partir de então às questões relativas à inclusão e exclusão na educação ganham maior visibilidade, e tem início a construção de um sistema educacional que atenda a diversidade.

De acordo com Reis (2006, p.41),

A **inclusão** propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem tipos de condição atípica. É a valorização do ser humano e aceitação das diferenças individuais como um

atributo e não como um obstáculo e todas as pessoas devem ser incluídas, sem exceção, para que possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania (*grifo da autora*).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996) determina que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ademais, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Entretanto, de acordo com Ferrari e Sekkel (2007) conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas, e, quando ocorrem, o tema da educação inclusiva volta-se para a questão da inclusão social ou para as ações afirmativas, logo, a produção de pesquisas bem como a implantação de políticas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é ainda pouco satisfatória.

Assim, a presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um novo desafio. Pensar a educação inclusiva no ensino superior é pensar na construção de um espaço inclusivo que não se dá por meio de uma padronização e sim a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

A universidade, como “instituição social necessária e relevante para cumprir a função de socializar, produzir e reelaborar o conhecimento científico” (REIS, 2006, p. 36-37) não pode escapar de seu papel e função social de contribuir para a construção de uma política educativa equilibrada socialmente, formando e qualificando profissionais para atender à demanda do ensino especializado. Deve ainda contribuir com a garantia da equidade, possibilitando e garantindo o acesso e permanência de todos, sem qualquer resquício de discriminação e exclusão das populações desfavorecidas (REIS, 2006, p.38).

Assume-se a proposição de Reis (2006, p.40) de que a inclusão é um processo que não terminará num “passe de mágica”, ela é um conjunto de ações efetivadas pelos homens e para os homens, sendo a universidade responsável pela abertura para um novo olhar à inclusão, reconhecendo as diferenças e respeitando a pluralidade cultural.

Porém, esse novo olhar, só será efetivado por ações, dispositivos legais, já os temos, por si só, não garantem a inclusão de todos por todos, depende da vontade e do

compromisso de todos, principalmente dos profissionais da educação, para a construção de uma organização política educacional de atendimento e inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A educação no século XXI é a chave para uma sociedade melhor para as gerações futuras, logo, os cursos de formação de professores assumem um papel de suma importância. De acordo com Reis (2006, p.47),

A formação do professor deve-se pautar nas preocupações com as questões histórico-sociais que condicionam o trabalho docente e que, de maneira direta interferem na qualidade do ensinar-aprender. E a educação inclusiva constitui-se num projeto que está em pleno desenvolvimento, não tendo mais porque não ser contemplada no nível superior de ensino.

Assim, os cursos de formação de professores devem formar profissionais capacitados para atender a diversidade no trabalho docente. Se tratando de profissionais da educação, ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. A inclusão não é uma meta a ser alcançada, e sim uma jornada com um propósito (MITTLER, 2003, p. 183). O propósito de alcançar uma educação que atenda a todas as pessoas e necessidades, que atenda ainda a diversidade.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiências vivenciadas por meio do estágio curricular não obrigatório do Curso de Pedagogia desenvolvido no Instituto Federal de Goiás – Campus Inhumas no curso de Sistemas de Informação como apoio pedagógico ao discente com necessidades especiais.

## **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica e coleta do relato da trajetória escolar e acadêmica do discente em atendimento no Instituto Federal de Goiás Campus Inhumas.

A coleta do relato foi realizada por meio de uma entrevista semidirigida. De acordo com Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 50-51) a entrevista caracteriza-se por uma conversação com a finalidade de produzir um relato verbal de ideias, opiniões e experiências elaborado pelo próprio entrevistado, podendo ser conduzida por perguntas temáticas, o que a caracteriza como semi-dirigida, com objetivo de estimular a memória do entrevistado sobre um determinado fenômeno.

Seguido a essas duas etapas contrapomos o referencial teórico, o relato do discente a os registros da estagiária a fim de analisar a inclusão no ensino superior. Sendo

assim, a metodologia teve, ainda, um caráter básico teórico exploratório, e na prática, uma pesquisa-ação.

A pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa de base empírica, em que:

os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS, 2005, p.75).

Neste sentido, a caracterização de pesquisa-ação se dá pela possibilidade de intervir na problemática social, analisando minha prática e ainda construindo novos saberes que contribuirão significativamente para o planejamento e desenvolvimento de novas ações. Nesta lógica, o grupo social participante desta pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo, e ainda participativo, na solução e análise da problemática exposta. Assim, a pesquisa-ação viabiliza investigar a própria prática de uma forma crítica e reflexiva, promovendo assim mudanças atitudinais.

## **Desenvolvimento**

O estágio curricular não-obrigatório<sup>1</sup>, sob responsabilidade e coordenação do Instituto Federal de Goiás será planejado, executado e avaliado em conformidade com o currículo do curso frequentado pela estagiária. As atividades a serem desempenhadas, previstas no item 6.1 do Edital nº 016/2016 Vaga Código 009/2016 – PEDAG/Inhumas têm como objetivo desenvolver atividades associadas ao atendimento ao discente que demande atendimento especial no Câmpus. A metodologia de trabalho será baseada no auxílio e suporte nas atividades em classe e extraclasse do discente. A previsão para a duração do estágio é abril/2016 a abril/2017.

---

<sup>1</sup>Estágio não-obrigatório é aquele constituído de atividade acadêmica opcional, de natureza prático-pedagógica, não prevista formalmente na estrutura curricular de um curso e poderá ser acrescida a carga horária regular e obrigatória (Art. 2º, parágrafo 2º da Lei 11.788, de 25/09/2008) após análise e deferimento pela Coordenação Adjunta de Estágio ou Coordenação do Curso (ANÁPOLIS, PRG, 2010, art. 7º). Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, art. 2º, inc. II).

A entrevista com o discente, doravante denominado JM, foi realizada no dia 20 de maio de 2016 nas dependências do Instituto Federal de Goiás Campus Inhumas e teve a duração de trinta e dois minutos e dezessete segundos, dividida em dois momentos. No primeiro momento foi solicitado que JM relatasse seu diagnóstico clínico, sua trajetória escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, destacando a rede de ensino frequentada e o atendimento recebido. O segundo momento destinou-se ao relato de seu ingresso no ensino superior e sua trajetória acadêmica, foi solicitado ainda que ele expusesse sua concepção de educação e educação inclusiva, e ainda realizar um parecer de toda sua trajetória escolar e acadêmica na perspectiva da inclusão.

JM inicia seu relato em seu nascimento quando recebeu o diagnóstico de Traumatismo Craniano comprometendo assim todo seu desenvolvimento motor. Sua mãe começou a sentir as dores do parto uma semana antes do previsto, a família procurou o médico que fez seu pré-natal e este negou o atendimento. Com fortes dores, sua mãe foi encaminhada para o hospital “Latifa” em Inhumas – GO para receber medicação para conter as fortes dores e retardar o parto. Porém, a hora do nascimento já era chegada, e a forte medicação impediu que a mãe conseguisse dar à luz naturalmente e teve um “parto fórceps” no dia 13 de junho de 1993. O mau posicionamento do instrumento cirúrgico ocasionou o Traumatismo Craniano. JM foi encaminhado para UTI em Goiânia – GO onde permaneceu durante um mês.

Sua trajetória escolar se inicia aos seis anos de idade na Escola Municipal Cantinho do Saber, situada em Inhumas-GO, onde permaneceu por quase dois anos na Educação Infantil. Foi transferido para a Escola Municipal Peralta, também situada em Inhumas, onde concluiu a Educação Infantil.

Iniciou o Ensino Fundamental na Escola Estadual Joaquim Pedro Vaz, Inhumas-GO. JM relata que permaneceu nesta escola por seis meses e quis ser transferido pela insatisfação pelo atendimento recebido, sem professora de apoio, ele ficava a deriva na sala, “a professora nem me olhava, eu ‘bombeei’ por causa disso”. Concluiu o primeiro ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Belarmino Essado. Foi reprovado, pois “não tinha nenhuma nota da outra escola”, mas ali permaneceu por mais dois anos, concluindo a 1º e a 2º série do ensino fundamental, contando finalmente, com a presença de uma professora de apoio.

Mudou-se com sua família para a cidade de Damolândia – GO, onde permaneceram por três anos. Estudou na rede pública de ensino desta cidade até a 5º série. Recebeu atendimento especializado, com professora de apoio, durante os três anos.

Retornaram a Inhumas, e foi matriculado na Escola Estadual Siselizio Simões de Lima, onde estudou até a 7º série, pois a escola fechou. Foi nesta escola, na 6º série que aprendeu a ler. JM relatou que sua professora de apoio lhe apresentou novas possibilidades, levava revistas e gibis, e assim se deu seu processo de aquisição da leitura. Foi transferido com sua professora de apoio, a quem ele declara ter tido uma ótima relação, para o Colégio Estadual Rui Barbosa onde concluiu o ensino fundamental. JM relata que sua mãe sempre “brigou” pelos seus direitos junto a Subsecretaria Regional de Educação de Inhumas. Uma análise do relato nos leva a inferir em um primeiro momento que, a postura da mãe revela uma reivindicação dos direitos do filho com necessidades especiais que se transforma em um segundo momento em uma tomada de consciência dos mesmos.

Seu processo de aquisição da escrita se deu com o uso do computador. O entrevistado relata que depois de ter desenvolvido a leitura, o uso do computador foi de suma importância para a aquisição da escrita autônoma. Desde então seu desenvolvimento e desempenho escolar tiveram melhoras significativas.

O ensino médio foi cursado no Colégio Estadual Manoel Vila Verde, Inhumas-GO. Ele relata que seu maior desconforto ao longo do Ensino Médio era a postura da professora de apoio. Na sala de aula, a referida professora o atendia, juntamente com outros dois colegas, que apresentavam deficiência intelectual, segundo relato do entrevistado. Então JM fazia as tarefas e os colegas apenas copiavam, “como eu sabia fazer, ela só tinha que copiar para mim, e na hora que eu terminava, ela dava minha tarefa para eles copiarem e pronto, só eu fazia, e ela não fazia nada para ajudar eles, eles passavam as minhas custas e ela não fazia nada para ajudar eles” ele relatou.

Em 2011, no 2º ano do Ensino Médio, iniciou um curso de Programador de Sistemas – Pronatec no Instituto Federal de Goiás Câmpus Inhumas, concluindo-o em 2012. O professor do curso o incentivou a prestar o vestibular no instituto para o curso de Sistemas de Informação, e assim ele fez. Relata que recebeu atendimento especializado para a realização da prova. Esse atendimento se deu com a participação de dois profissionais, um com a função de escriba e outro fiscalizando toda a realização da prova.

Aprovado no vestibular ingressou na vida acadêmica no ano de 2013. Relata que os dois primeiros anos no curso ele não contava com o professor de apoio. “No início sentia que alguns professores tinham medo de mim”. Esse início foi um tanto difícil e desgastante para ele, encontrando algumas dificuldades, chegando a cogitar a desistência do curso.

“Eles sabiam que eu estaria aqui, eu passei no vestibular, não estavam preparados para me receber.” No início do ano de 2015, iniciou o atendimento especializado em sala, com um profissional da área da inclusão, também cadeirante. Por motivos pessoais, esse profissional não pode mais prestar este atendimento, e a Tradutora e Intérprete de Libras do instituto deu continuidade ao trabalho. No início de 2016 foi aberto o processo seletivo para uma vaga de estágio em Pedagogia com o objetivo desenvolver atividades associadas ao atendimento ao discente no Câmpus.

O estágio teve início no dia 05 de Abril de 2016 e meu primeiro contato com o discente se deu no dia 06 de Abril de 2016. Tentei me inteirar de sua rotina no Câmpus e logo de início estabelecemos um ótimo diálogo. Ele foi bem receptivo, e, por conseguinte, percebi o desafio que estava posto a mim. JM foi bolsista de Iniciação Científica em 2014 e atualmente é estagiário na Fábrica de Software no Câmpus.

Como professora de apoio, minhas atividades estão ligadas ao auxílio em todas as suas atividades, em sala e extra-sala, no auxílio na produção de trabalhos em atendimentos pré-estabelecidos para tais, e ainda sua locomoção no Câmpus.

Convém ressaltar que JM mantém um ótimo relacionamento com todos os professores, colegas e servidores, e apresenta um desempenho satisfatório no curso. O maior desafio enfrentado, por mim, estagiária, como sua professora de apoio é entender a lógica do atendimento especializado no Ensino Superior, a autonomia de JM me encanta e me motiva todos os dias pessoal e profissionalmente.

Quando ele relata que sentia que os professores sentiam “medo” dele no início, atribuo esse medo ao desconhecido. As discussões sobre o atendimento especializado parece se restringir muito ao ensino básico, quando chegam ao ensino superior elas cessam, e o que temos é um quadro de profissionais inseguros frente a esse desafio, com medo do desconhecido.

Enquanto a LDB prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, o que se observa na prática é que o atendimento

especializado no ensino superior ainda é muito escasso, e que os profissionais atuantes nas instituições de ensino superior ainda estão despreparados frente a esse desafio.

JM quando questionado sobre o que ele considerava necessário para que tivéssemos de fato uma educação inclusiva, ele afirma que só será possível se “todos os professores, independente se atua como apoio ou não, tiverem capacitação para inclusão, se todos os espaços educativos forem realmente um ambiente inclusivo”. Diante de tal afirmação, é indiscutível a importância da formação de professores, seja ela inicial ou continuada para a inclusão.

A formação docente deve preparar o professor para o convívio com a diversidade, para ensinar e para aprender com as diferenças. De acordo com Mittler (2003, p.35-36) a inclusão implica que todos os professores têm direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.

### **Considerações finais**

Partimos da premissa que a construção de uma educação pública democrática, que garanta o acesso, a permanência, o aprendizado e o bem-estar de todos em todos os níveis e modalidades da educação, começa com a formação de professores. É nesse contexto que situamos as contribuições do estágio, nesse enfrentamento e superação, quebrando certos paradigmas.

A inclusão deve fazer parte do vocabulário educacional. Só alcançaremos uma educação inclusiva, quando esta, deixar de ser apenas um tema ou assunto a ser tratado na escola, ou ainda um tema ser pesquisado na universidade.

Todavia, é indiscutível a importância de que profissionais da educação desenvolvam pesquisas, especializações, formação continuada em inclusão, para que possamos contar com os mesmos como articuladores de práticas inclusivas na escola, na universidade, e na sociedade como um todo. Porém, é ainda necessário que todo professor tenha uma formação docente voltada para a inclusão.

Neste sentido, a universidade assume um papel de suma importância na formação de professores. É na universidade, fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, que podemos acreditar na formação do professor crítico, reflexivo, que busca soluções para os

problemas cotidianos, que reflete sua prática e a ressignifica, que “aprendeu a aprender” com seu aluno, que vai além da prática e estabelece um praxis.

Pensando no papel e função social da universidade, é nela que as práticas inclusivas devem ser fundamentadas, permitindo e favorecendo o acesso e permanência da pessoa com necessidades especiais, contribuindo para a construção de um ensino superior de qualidade.

A experiência em atuar como apoio especializado no ensino superior na formação inicial como professora é sem dúvida de grande importância para a formação inicial da professora que está sendo constituída. É inegável, que é um grande desafio, porém um desafio que contribui de forma significativa para formação pessoal, acadêmica e profissional.

## Referências

GOIÁS. PRG. **Caderno de Orientações da PrG**. Política e Regulamentação de estágio, Atividades Complementares e Trabalhos de Curso nos Cursos de Graduação nas Modalidades Licenciatura, Bacharelado e Tecnológicos e Prática como Componente Curricular nos Cursos de Licenciatura. Anápolis-GO, 2010, art. 7º.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. Psicol. cienc. prof. vol.27 no.4 Brasília Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400006)>.

MENDONÇA, Alzino F. de; ROCHA, Cláudia R.R; NUNES, Helaine P. O processo de investigação científica: aspectos teóricos e metodológicos. In: \_\_\_\_\_. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008. p. 44-51.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Trad. Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; Cunha, Vera Lucia. **O estágio supervisionado na formação continuada docente a distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades**. RED. 2006. Disponível em: <<http://www.um.es/ead/red/14/oliveira.pdf>>.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática?** Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/612.pdf>>.

REIS, Marlene B. de Freitas. **Educação Inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Descubra, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>.